

ATA N.º 23/2018

---- Reunião ordinária do dia doze de dezembro de dois mil e dezoito.-----

---- No dia doze de dezembro de dois mil e dezoito, na vila de Sever do Vouga, edifício dos Paços do Concelho e salão nobre, reuniu o órgão executivo ordinariamente, com a presença de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes presenças: José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e quinze minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- Foi registada a falta justificada de António Coutinho.-----

A ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Ordem de Trabalhos

- Concurso Público - Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga---
- Pedido de Isenção de Taxa - Fundação Bernardo Barbosa de Quadros-----
- Auto de Revisão n.º 10 do “Centro Escolar de Sever do Vouga”-----
- Auto de Medição n.º 11 do “Centro Escolar de Sever do Vouga”-----
- Auto de Revisão n.º 11 do “Centro Escolar de Sever do Vouga”-----
- Receção Definitiva “AVAC e Impermeabilização do Edifício Vougapark”-----
- Atribuição de Incentivo à Natalidade-----
- Cabazes de Natal 2018-----
- União Freguesias Cedrim e Paradela – Subsídio para Atividades Diversas e Investimento-----
- União Freguesias Silva Escura e Dornelas – Subsídio para Atividades Diversas e Investimento-----
- Versão Final do Relatório para a Elaboração do REOT-----
- Pedido de Isenção de Taxa – Audioglobo-----
- Proposta de Revogação do PP – Plano de Pormenor da Zona Industrial de Talhadas---
- Aquisição Amigável de Terreno “Zona de Fruição de Couto de Esteves”-----
- Internacionalização da Marca Montanhas Mágicas-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Resumo Diário de Tesouraria:-----

Em seis de dezembro, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 2 320 855,59 (dois milhões, trezentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos) e operações não orçamentais = € 605 377,05 (seiscentos e cinco mil, trezentos e setenta e sete euros e cinco cêntimos).-----

Fundos Disponíveis: - Os fundos disponíveis nesta data eram de € 481 515,01 (quatrocentos e oitenta e um mil, quinhentos e quinze euros e um cêntimo).-----

Intervenções:-----

Paulo Martins perguntou se todos os montantes que foram protocolados com as associações tinham sido entregues e, se não, quem é que faltava receber. Mais perguntou a que propósito tinha sido feito um muro em Nogueira, na estrada que vai para a Lomba e em que projeto é que ele se inseria. Finalmente, perguntou qual era a justificação apresentada pelo senhor presidente da Câmara Municipal para se ausentar das reuniões de Câmara.-----

Em resposta ao vereador Paulo Martins, e em relação à primeira questão, o Vice-presidente pediu ao Diretor de Departamento que enviasse aos vereadores um mapa do que não tinha sido pago, do que faltava pagar e quais os motivos.-----

Sobre o muro, o Diretor de Departamento informou que tinha sido construído na sequência de um pedido feito na Assembleia Municipal há cerca de três anos. Sobre a terceira questão colocada, o Diretor de Departamento informou que o presidente da Câmara estava

de baixa médica, mas que se deslocava ao edifício dos paços do concelho alguns dias da semana para acompanhar a atividade, e, também, como uma forma de lutar, em parte, contra a doença que o afetou, sendo que quem está a tomar as decisões é o Vice-presidente.-----

Ricardo Silva interveio para dizer que, no Facebook, a realização do evento “Vouga Trail” tinha sido anunciada no dia 23 de outubro, um mês antes de ser aprovado em reunião de Câmara. Mais disse que, de acordo com os cálculos feitos por si, com base na informação que consta daquela página no Facebook, o apoio de € 4 900,00 era muito elevado. Mais falou sobre os transportes escolares, dizendo não acreditar que a Câmara Municipal vá custear esse serviço, uma vez que continua a escudar-se em pareceres e matérias legais, mas que existem muitas câmaras que custeiam esse transporte e nunca foram chamadas à responsabilidade. Reportando-se à sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia 07 de dezembro, o vereador disse que a Câmara Municipal devia ser imparcial quanto à situação na freguesia de Talhadas, sendo que, na altura, a Câmara Municipal podia ter nomeado a Comissão Administrativa, mas que não o fez, tendo deixado isso para o Ministério da Administração Interna. Afirmou que, na sua opinião, convocar o presidente da Comissão Administrativa de Talhadas para a sessão da Assembleia Municipal era uma tentativa clara de influenciar as eleições das Talhadas.-----

Sobre o evento “Vouga Trail”, a vereadora Elisabete Henriques disse não perceber a posição do vereador Ricardo Silva, uma vez que, quando o vereador foi presidente de uma associação em Dornelas, que organizava um trail montanha muito menor, comparado com o Vouga Trail, a Câmara Municipal atribuía um subsídio no valor de € 3 500,00, e mais ainda, porque não era suficiente.-----

Ricardo Silva disse que, na altura em que organizou o Trilho dos Mouros, a associação pagava à Federação, naquela altura € 1 250,00 euros de inscrição e € 2 750,00 em prémios monetários aos participantes de cada escalão, afirmando nunca ter tido, sequer, uma reunião com a Câmara Municipal acerca disso.-----

O Vice-presidente disse que, como em qualquer evento, haveria um relatório final e todos os custos haviam de estar justificados. Sobre os transportes escolares, disse ter sido entendido que era prudente pedir parecer à CCDR. Sobre a nomeação da comissão administrativa, o Vice-presidente disse não ser da competência do município.-----

O Diretor de Departamento esclareceu que o executivo da Câmara Municipal não teve nada com isso, dizendo que tinha sido designado, como funcionário, para dar apoio à Assembleia Municipal, e, como tal, podia e devia ajudar o presidente da Assembleia Municipal. Informou ter encontrado um parecer da CCDR do Alentejo sobre essa matéria e que, quando o leu, transmitiu o seu conteúdo ao presidente da Assembleia Municipal que pediu para confirmar o mesmo, pelo que entrou em contacto com a Dr.^a Castanheira Neves, diretora do Gabinete Jurídico da CCDRC, que prestou esclarecimento e confirmou que o senhor Portela devia fazer parte da Assembleia Municipal. Mais disse que isso nunca teve nada a ver com aspetos políticos, tendo sido meramente um trabalho da sua parte com o presidente da Assembleia Municipal.-----

Pedro Lobo interveio para questionar a razão de a piscina municipal não disponibilizar um professor, fora do horário laboral, de há pouco tempo para cá. Mais disse que na última sessão da Assembleia Municipal, o vice-presidente ter informado que a Câmara Municipal iria contratar um técnico superior de educação física e perguntou se essa contratação iria resolver aquele tipo de problema.-----

O Vice-presidente confirmou que sim, mas que queriam resolver essa situação antes dessa contratação.-----

Pedro Lobo continuou a sua intervenção para falar sobre o alargamento do *Paddock*, na pista do Alto do Roçário. Mais perguntou se havia a possibilidade de trazer o Rali de Portugal para Sever do Vouga, perguntando se tinha sido feito algum tipo de iniciativa, por parte do executivo, para trazer aquele evento para o concelho, que poderia ser partilhado com outras câmaras, nomeadamente, a Câmara Municipal de Oliveira de Frades e Albergaria-a-Velha. Finalmente, perguntou se o curso de condução preventiva tinha sido presente a alguma reunião de Câmara.-----

O Vice-presidente disse que, o alargamento do *Paddock* era fundamental, mas que os terrenos à volta pertenciam a particulares e aos baldios de Paradela e Talhadas. Sobre o

curso de condução preventiva, informou que o assunto não tinha sido presente à reunião de Câmara uma vez que tinha sido decidido através de despacho. Sobre o Rali de Portugal, informou que o município nada tinha recebido nessa perspetiva, por parte da organização.- Pedro Lobo pediu, formalmente, que o município de Sever do Vouga contactasse outros municípios e a ACP no sentido de trazer o Rali de Portugal para Sever do Vouga.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

Concurso Público - Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga: - A Câmara Municipal tomou conhecimento do modelo de anúncio do concurso público “Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga”.-----

Pedido de Isenção de Taxa – Fundação Bernardo Barbosa de Quadros: - Este assunto foi retirado para reapreciação.-----

Auto de Revisão n.º 10 do “Centro Escolar de Sever do Vouga”: - A Câmara Municipal tomou conhecimento das alterações efetuadas à décima revisão da empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”, cujo documento tinha sido aprovado em reunião de Câmara de 14 de novembro de 2018.-----

O Diretor de Departamento aproveitou para dar uma explicação sobre as revisões de preços, dizendo que a revisão de preços é elaborada com base nos índices provisórios publicados, sendo que a legislação obriga a que seja feita a revisão de preços, em todos os meses, e o técnico elabora um auto de medição por mês e, faz-se de imediato a revisão, buscando-se o último índice que foi publicado. Mais disse que, nos primeiros meses do ano, não havia índices publicados e que, em agosto foram publicados os do 4º trimestre de 2017 e quando eles são publicados faz-se a correção no primeiro auto que surgir (fazendo a correção para trás). Terminada a obra, e até à receção definitiva, há lugar à última revisão de preços já com todas as parcelas de trabalhos realizados. Isso acontecerá entre a receção provisória e a definitiva (que é de cinco anos). Nesse momento far-se-á uma revisão de preços definitiva com os índices publicados e reportados ao último mês da obra, que vai corrigir tudo e calcula sempre as diferenças.-----

Auto de Medição n.º 11 do “Centro Escolar de Sever do Vouga”: - A Câmara Municipal analisou e aprovou, por maioria, o auto de medição n.º 11, de trabalho contratual, no valor de € 10 233,73 (dez mil, duzentos e trinta e três euros e setenta e três cêntimos), acrescido do IVA, da empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Auto de Revisão n.º 11 do “Centro Escolar de Sever do Vouga”: - A Câmara Municipal analisou e aprovou, por maioria, a décima-primeira revisão da empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”, cujos valores foram confirmados pelos serviços técnicos, no valor de € 1 912,63 (mil, novecentos e doze euros, sessenta e três cêntimos).-----

Paulo Martins disse querer deixar a nota de que, à data da revisão, a obra avançava mais um pouco no seu atraso, passando de novecentos e poucos mil euros de atraso para um milhão e setenta e dois mil euros de atraso.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Receção Definitiva “AVAC e Impermeabilização do Edifício Vougapark”: - Foi recebida definitivamente a empreitada “AVAC e Impermeabilização do Edifício Vougapark”, devendo-se desencadear os demais procedimentos, nomeadamente, quanto à extinção das cauções e restituição de valores cativos.-----

Pedro Lobo perguntou se as garantias tinham sido acionadas.-----
O Vice-presidente disse que ainda não tinham sido acionadas as garantias porque o empreiteiro ia fazendo as reparações.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Contra - Paulo Martins e Pedro Lobo, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “*o nosso voto é contra porque esta empreitada foi lançada em mandatos anteriores ao nosso, foi concluída em mandatos anteriores ao nosso e nunca apareceu em momento nenhum durante o nosso mandato, a não ser agora, e na reunião anterior, portanto, o único voto que nos salvaguarda a independência em relação a este projeto é o contra, logo o voto é contra.*”;
Abstenção - Ricardo Silva, por ser uma obra de um mandato anterior.-----

Atribuição de Incentivo à Natalidade: - Na sequência da entrada em vigor do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, a técnica superior do serviço de Ação Social elaborou uma informação interna com mais uma candidatura aprovada. Analisada a informação, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a despesa total de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), a pagar ao candidato.-----

Ricardo Silva disse continuar a achar que o regulamento devia ser alterado para que toda a gente que nasça tenha direito ao incentivo.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Cabazes de Natal 2018: - O órgão executivo deliberou, por unanimidade, aceitar donativos em dinheiro, ou em espécie, dos particulares e das empresas que pretenderem juntar-se a esta ação. Mais foi deliberado, por unanimidade, autorizar a despesa com a compra dos géneros alimentícios e outros bens para os cabazes.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

União Freguesias Cedrim e Paradela – Subsídio para Atividades Diversas e Investimento:

- Nos termos da proposta apresentada pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, a atribuição dos seguintes subsídios, à União das Freguesias de Cedrim e Paradela, na sequência da aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias, quanto à atribuição dos subsídios, que passaram para o limite de € 8 000,00 para apoio a atividades diversas e € 10 000,00 para apoio ao investimento nas uniões de freguesia:-----

- € 4 000,00 (quatro mil euros) para aulas de ginástica à população sénior da união de freguesia;-----

- € 5 000,00 (cinco mil euros) para o arranjo de espaços verdes do edifício da Junta de Freguesia situado em Paradela.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

União Freguesias Silva Escura e Dornelas – Subsídio para Atividades Diversas e Investimento:

- Nos termos da proposta apresentada pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, a atribuição dos seguintes subsídios, à União das Freguesias de Silva Escura, na sequência da aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias, quanto à atribuição dos subsídios, que passaram para o limite de € 8 000,00 para apoio a atividades diversas e € 10 000,00 para apoio ao investimento nas uniões de freguesia:-----

- € 4 000,00 (quatro mil euros) para a fomentação da prática de exercício físico e convívio sénior em grupo, para todas as pessoas com 55 de idade, ou superior, nas duas freguesias, apoiadas com professor especializado;-----

- € 5 000,00 (cinco mil euros) para a execução e aplicação de dois abrigos de passageiros e execução e aplicação de gradeamento no parque de estacionamento da Junta de Freguesia em Silva Escura.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Versão Final do Relatório para a Elaboração do REOT: - A Câmara Municipal aprovou, por maioria, o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, nos termos do n.º 3 do artigo 189º, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, para efeitos de aprovação e submissão à discussão pública e, posteriormente, à Assembleia Municipal. Mais foi deliberado, por maioria, colocar esse documento à discussão pública, por um período de trinta dias.-----

Paulo Martins perguntou quem tinha produzido o relatório e qual era o seu fim.-----

O Vice-presidente disse ter sido elaborado por técnicos e que a sua elaboração tinha sido resultava da aplicação da lei para ser enviado a dois ministérios, pedindo ao Diretor de Departamento que tomasse nota para informar para quem o documento iria ser enviado.----

Paulo Martins disse ter lido o relatório todo e que, na prática, o documento espelhava as opções políticas do executivo.-----

O Vice-presidente disse existirem elementos objetivos que não tinham nada a ver com assuntos políticos.-----

Paulo Martins disse existirem dados que não são objetivos e que se tratavam de mentiras, passando a citar alguns exemplos. Sobre as projeções demográficas, disse ser mentira que “*é expectável que se registe um crescimento demográfico que se traduza numa taxa próxima de 1% e de 2% nos dois próximos períodos intercensitários*”.

O Vice-presidente disse tratar-se de uma previsão.

Paulo Martins disse ser uma dedução muito errada, afirmando que, em 2011, o número de eleitores registados era de 11959 e a 31 de dezembro de 2017, eram de 11050, o que comprova que aquela dedução está errada.

Continuou, dizendo que o relatório afirma existirem apenas quinze empresas instaladas no Vougapark.

O Vice-presidente confirmou serem mais de vinte empresas.

Paulo Martins alertou para o facto de não constar a Encosta dos Túneis entre os complexos turísticos. Disse considerar que as referências à saúde eram muito curtas, sugerindo a colocação de mais contributos naquele ponto. Sugeriu a omissão da frase “*de Sever do Vouga pode partir-se facilmente para algumas das principais cidades nacionais, nomeadamente, Aveiro, Porto, Coimbra e Viseu.*”, uma vez que, o final do relatório pede a ligação a uma autoestrada para o desenvolvimento do concelho e aquela frase é um contrasenso. O vereador Paulo Martins terminou a sua intervenção com a sua consideração sobre o relatório na sua globalidade, dizendo considerar que o documento, na sua primeira parte, era bastante explícito na situação de emergência que se vive em Sever do Vouga, no que toca ao problema demográfico, mas que não aborda o problema demográfico na sua vertente de ataque a esse problema, o que devia abordar. Mais disse não explicar, por exemplo, como é que irá ser revertida a situação da desertificação. Afirmou que uma ligação à A25 resolvia os problemas. Finalmente, disse que, na sua opinião, em vários momentos o relatório era contraditório e a síntese e orientação final do relatório era pouco ambiciosa.

Pedro Lobo interveio para dizer que, uma coisa era mandar fazer aquele relatório e ser uma coisa completamente imparcial, e que, quando viu aquele relatório, pensou que fosse, mas agora percebia que não.

Elisabete Henriques disse ser um documento imparcial, e que se tratava do estado do território de acordo com o PDM em vigor.

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.

Pedido de Isenção de Taxa – Audioglobo: - Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos para ser solicitado um parecer aos técnicos.

Proposta de Revogação do PP – Plano de Pormenor da Zona Industrial de Talhadas: - De acordo com o exposto na informação elaborada na Divisão de Administração do Território, desta autarquia, e reconhecendo o órgão executivo os fundamentos que serviram de base a esta proposta, sendo os mesmos aqueles que se indicam:

- a) Tratar-se de uma zona industrial que apresenta problemas de aprovação com alterações e ampliações aos pavilhões existentes, atendendo a que o Plano de Pormenor não previa este tipo de dinâmicas, impedindo as alterações de implantação dos polígonos aprovados no Plano de Pormenor da Zona Industrial de Talhadas, porque não se adaptam ou dificultam as alterações ou ampliações das unidades empresariais, como áreas técnicas, necessária às novas regras de laboração das unidades industriais e/ou de armazenagem em funcionamento;
- b) Por existir a manifestação do interesse num investimento concreto para os lotes n.ºs 5 e 6, cujas regras e parâmetros urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor Municipal, plenamente eficaz, revelam-se mais adequados e adaptados às realidades locais, contribuindo, desta forma, para o enquadramento da referida pretensão, assim como para incentivar a captação de novos investimentos e, conseqüentemente, à instalação de novas unidades industriais ou de armazenagem.

Considerando esses fundamentos e o previsto no n.º 3 do artigo 127º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal para que, nos termos da competência cometida ao órgão deliberativo, proceda à apreciação e deliberação sobre a revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Talhadas, publicado no Diário da República n.º 103, II Série, de 05

de maio de 1992, passando a vigorar para a respetiva área as regras de classificação e uso e transformação do solo e os parâmetros urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor Municipal de Sever do Vouga para o Espaço de Atividade Económica.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Aquisição Amigável de Terreno “Zona de Fruição de Couto de Esteves”: - O órgão executivo aprovou, por maioria, o seguinte auto de expropriação amigável de terreno, pela via do direito privado, cujas diligências foram efetuadas pelo vereador Raul Duarte, assumindo o município a satisfação dos encargos que dele constam:-----

a) “Zona de Fruição de Couto de Esteves”:-----
- de Prudêncio Soares Rodrigues, NIF 143059190, a venda de um de terreno, que lhe pertence, com 2020m², pelo valor de € 9 090,00 (nove mil e noventa euros) de um prédio rústico inscrito sob o artigo matricial 7665, da Freguesia de Couto de Esteves, descrito na CRP sob o número 3821, a comprar pelo Município de Sever do Vouga, com o NIPC 502704977, para execução do projeto acima indicado.-----

Paulo Martins alertou para o facto do auto de aquisição não vir acompanhado da informação de cabimento, informação da sua localização e do técnico.-----

O Diretor de Departamento informou que a informação de cabimento tinha sido feita e que a tinha em mão para consulta, bem como o relatório de avaliação, sendo que não tinha sido possível juntar a informação à documentação dentro do prazo.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte;
Abstenção - Paulo Martins.-----

Internacionalização da Marca Montanhas Mágicas: - Na sequência da apresentação de uma candidatura para a internacionalização da marca Montanhas Mágicas, apresentada pela Adrimag em 2015, foi apresentado o resumo do projeto de internacionalização e respetivo valor de participação para cada município. Analisados os documentos, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, proceder ao pagamento do valor de € 8 369,84 (oito mil, trezentos e sessenta e nove euros e oitenta e quatro centavos) correspondente à participação que compete ao município de Sever do Vouga.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

-----Período Destinado ao Público-----

Elga Silva, presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas de Silva Escura veio alertar para situações que, há muito, tinham sido apontadas de forma mais formal e, até ao momento, continuavam sem ser resolvidas, designadamente as salas do Jardim de Infância de Silva Escura com problemas de persianas/estores e o coberto exterior da escola do primeiro ciclo.-----

Helena Silva, representante de pais da freguesia de Silva Escura, realçou a preocupação face ao transporte das crianças, pedindo que fosse encontrada uma solução o mais breve possível para a falta de uma auxiliar para acompanhamento das crianças nas viagens de autocarro.-----

Luís Carneiro, em representação da Turnauga, veio pedir uma resposta urgente à sua exposição sobre a praia fluvial.-----

Respondendo às intervenções, e dirigindo-se a Elga Silva, o Vice-presidente disse ter tomado nota e pediu ao vereador Raul Duarte que tratasse da reposição dos estores. Sobre os transportes, o Vice-presidente disse que a situação seria resolvida durante o período de férias de Natal.-----

Dirigindo-se a Luís Carneiro, o Vice-presidente informou que estava para ser marcada uma reunião com o representante da Turnauga para decisão sobre o aspeto técnico da pretensão do novo contrato do bar da praia fluvial da Quinta do Barco.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido

elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----
